

**EM NOME DA RUA, DA AVENIDA E DA PRAÇA: GEOGRAFIA,
TOPONÍMIA E A IMPORTÂNCIA DOS LOGRADOUROS DO CENTRO
DE FORTALEZA**

Autor(01): Gleilson Angelo da Silva

Filiação institucional: Doutorando no PPGGEO da Universidade Federal do Ceará

E-mail: angelosilva002@gmail.com

RESUMO:

A rua é o lugar onde a cidade acontece e nela encontramos vestígios do passado, uma vez que, resgatando sua história compreendemos como a própria rua, o bairro e a cidade foram se desenvolvendo no decorrer das décadas. A partir dos fenômenos geográficos, compreendemos que as ruas são mais do que simples vias, elas se tornam elementos fundamentais da morfologia urbana, pois caracterizam o espaço onde estão instaladas. A Toponímia estuda os nomes dos lugares e permite conhecer a história de cada lugar a partir da construção do conjunto de denominações existentes. Contudo, o simbolismo presente no ato de nomear, a partir de um conjunto toponímico, resgata parte da história do Centro da cidade que passou por transformações significativas durante os séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Espaço. Lugar. Toponímia. Rua. Centro.

GT – 07: Geografia histórica urbana.

INTRODUÇÃO

Os logradouros são importantes elementos das cidades não somente pelo fluxo, como no caso das ruas, avenidas e praças, mas auxiliam na compreensão da produção do espaço urbano enquanto peça fundamental na expansão das cidades e pelo deslocamento entre os quarteirões, tornando-os conhecidos por diversos motivos (acontecimentos e fatos marcantes, por exemplo), mas também são marcas de um passado em que a lógica da cidade era diferente desde o modo como as casas e calçadas eram construídas até a forma de nomear os logradouros.

Este artigo ultrapassa as barreiras do material e se aprofunda no simbolismo, na subjetividade e busca nos detalhes os componentes que estão além do visível para compreender a denominação dos logradouros e alterando o sentido de ver e viver a cidade. Desta forma, entender como o nome dos lugares é construído, a formação dos logradouros e a própria história de Fortaleza constituem uma miscelânea entre vários elementos que permitem leituras acerca

do espaço no passado e no presente. A partir dos fatos pretéritos compreendemos como os logradouros foram denominados e resultam no conjunto toponímico, revelando as transformações espaciais e temporais, uma vez que, os tempos mudam e, com eles, as relações sociais também.

A RUA PARA ALÉM DO NOME: A DENOMINAÇÃO OFICIAL

Apesar do processo de denominação ser antigo não havia na legislação municipal um conjunto de artigos que regularizasse efetivamente a denominação de logradouros públicos. Silva (2019) denota que, de acordo com as leis atuais, não há a distinção entre os logradouros, ou seja, nem pela lei de uso e ocupação do solo e nem nos demais artigos correlacionados que determinam a denominação distinguem: beco, rua, travessa, praça, avenida, largo, praça, ladeira, campo, tornando-os simplesmente logradouros públicos, embora encontramos placas que as denominam assim, mas não há uma distinção (na lei) das mesmas. Desta forma, é compreensível tantas mudanças ao longo dos anos, uma vez que, não haviam projetos e, muito menos, requisitos para que a mudança fosse efetivada. A lógica de nomear os lugares mudou, partindo dos elementos da vida cotidiana (como árvores, edifícios importantes, acontecimentos locais) para personalidades que, por vezes, nem sequer participaram ativamente do desenvolvimento da cidade.

Somente em 2011, o projeto de lei complementar nº 010/2011, foi aprovado pela Câmara Municipal (que provém o direito de denominar os logradouros desde o século XIX, mas não tinha diretrizes para as formalizações e oficializações) no qual apresenta as orientações necessárias para a denominação efetiva de logradouros em Fortaleza. Nele, é justificado não somente o que poderia ser denominado, mas a partir de qual preceito ele deve ser justificado, além de elementos que fizessem com que tal personalidade fosse importante o suficiente para tal homenagem. O resultado deste projeto é a lei complementar nº 109, de 15 de junho de 2012, contido no Art. 36, Inciso V da lei orgânica do município. Abaixo, uma parte transcrita da lei nº 10/2011:

Regulamenta a denominação de bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no município de Fortaleza, na forma que indica e dá outras providências.

[...] **Art. 3º** Para denominação dos logradouros públicos serão escolhidos, dentre outros:

- I – nomes de pessoas, datas ou fatos históricos que representem efetivamente passagens de notória e indiscutível relevância;
- II – nomes que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos;
- III – nomes de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas;
- IV – nomes de personagens do folclore;
- V – nomes de acidentes geográficos;
- VI – nomes que se relacionem com a flora e fauna locais.

§ 1º Sob nenhum pretexto, dar-se-ão os bairros, praças, vias e demais edifícios públicos municipais e suas dependências, bem como a todo e qualquer logradouro público municipal, nomes de pessoas vivas [...].

§ 4º É vedada a repetição de nomes de bairros, praças, vias, edifícios públicos municipais e suas dependências, bem como a todo e qualquer logradouro público municipal, quando da mesma natureza, sendo permitida somente e tão somente repetição em gêneros distintos.

§ 5º As denominações de bairros, praças, vias, edifícios públicos municipais e suas dependências deverão ser atribuídas, preferencialmente, às personalidades brasileiras, já falecidas, em especial os fortalezenses e os demais cearenses que tenham contribuído para o desenvolvimento do Brasil, do Ceará e, principalmente de Fortaleza, respeitando-se a ordem de prioridade com relação aos demais agraciados que não sejam nascidos no território nacional (FORTALEZA, 2012, p. 32).

Observa-se que, a partir desta lei complementar é possível identificar uma preocupação com as personalidades que são apontadas como possíveis patronos dos logradouros públicos, tendo agora, uma série de normas que permitem uma escolha adequada para denominar as vias, praças e demais logradouros da cidade. É necessário homenagear e reconhecer as personalidades para que, de acordo com Souza (2001), não haja um estranhamento com a presença destas que não fizeram parte do contexto local. Dias (2000) afirma que é preciso ter cuidado ao entrelaçar elementos universais com experiências locais, uma vez que, estas podem ser suprimidas por aquelas. Porém, algumas passagens históricas são evidenciadas de forma enfática, enquanto que, outras são esquecidas e negligenciadas.

Segundo Silva (2019), ao ampliar o olhar sobre a construção da denominação dos logradouros são encontrados muitos vestígios de acontecimentos pretéritos que, somente com o resgate histórico é possível compreender a sua existência no espaço. A redução, nas últimas décadas, das nomenclaturas de natureza física, ou seja, que remetem à fauna e flora tal como acidentes geográficos, foi perceptível frente ao aumento significativo dos nomes de pessoas. Esta substituição em massa revela não somente uma mudança nas relações sociais como

exprime a vocação política que a denominação incorporou, sendo uma forma de perpetuar nomes de famílias por meio do apadrinhamento.

Toda oficialização de via ou outro logradouro é feita mediante projeto de lei, votado e, caso seja aprovado, é decretado e divulgado no Diário Oficial do município. Os vereadores detêm o direito de escrever projetos, mas a população pode requerer. Entretanto, questionar a veracidade ou importância da alteração nos nomes é um exercício de cidadania e valorização da sua própria história, de modo que, muitas vezes a mudança não é bem-vinda por parte da população e isto interfere no processo de identificação entre sujeito e espaço gerando conflitos e embates¹.

Este processo decorre, sobretudo, da falta de conhecimento sobre o lugar onde o logradouro se encontra acarretando problemas, sobretudo os de ordem interna (sem o consentimento da população). Assim sendo, é necessário compreender como acontece a relação entre a denominação, o sujeito e o lugar onde estão implantados para posteriormente, elencar as personalidades relevantes e, conjuntamente, oficializar (ou não) a homenagem.

VOU COLOCAR TEU NOME NA RUA: A MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

As placas possuem uma função primordial de direcionar e informar aos transeuntes, mas no caso das ruas, avenidas e travessas a relação é bem mais do que somente informar, eles remetem a fatos, personalidades, acontecimentos que aconteceram no passado distante ou mais recente e altera significativamente a relação com o local. Os conceitos de Lugar, Memória e Identidade são importantes para compreender o espaço em que estão contidos a partir da subjetividade que exprimem através da denominação encrustada nas placas.

A memória e a identidade são construídas ao longo do tempo por meio das experiências e vivências que os sujeitos adquirem ao longo da vida e os processos sociais fazem parte da construção da própria cidade para além da sua morfologia, uma vez que, os aspectos simbólicos

¹ Várias notícias mostram a insatisfação de moradores perante uma alteração na denominação de algum logradouro.

Novo nome de rua gera polêmica. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/novo-nome-de-rua-gera-polemica-1.1361515>.

Acesso em: 20.abr.2022.

Mudança do nome da Avenida Dedé Brasil confunde moradores. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/mudanca-do-nome-da-avenida-dede-brasil-confunde-moradores-1.806265>. Acesso em: 20.abr.2022.

e particulares de cada um constituem a sua visão sobre a cidade (TUAN, 1980). Assim, alguns problemas acerca da nomenclatura dos logradouros afetam diretamente nesta construção, principalmente quando há uma ruptura na lógica de pensamento empregada para nomeá-los. As relações podem continuar, mas os processos incidem diretamente e os modificam, ou seja, os nomes antigos podem prevalecer simbolicamente sobre aqueles que foram oficializados, daí ocorrem os problemas entre os nomes oficiais e não-oficiais, partindo do princípio de que, uma memória individual sobrepõe uma coletiva.

Abreu (2012, p. 25) explica que

A memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades. A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram [...]. Há que se ter cuidado, entretanto, com a memória individual. Ela é, por definição, subjetiva. Isso quer dizer que fazemos da nossa memória o que bem queremos [...], as localizações podem ser fluídas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais e a referência, mais topológica do que geográfica.

Assim sendo, o princípio de que a memória individual parte dos desejos e anseios pessoais é relevante para compreender a construção dos nomes dos lugares mesmo que nem sempre sejam condizentes com a realidade, somente para o portador dela, torna-se verdade, a medida em que, sua visão sobre o mundo é construída a partir de suas experiências e vivências pessoais. Para uma leitura subjetiva sobre a cidade é importante analisar estas peculiaridades, pois elas revelam passagens que a história oficial não relata.

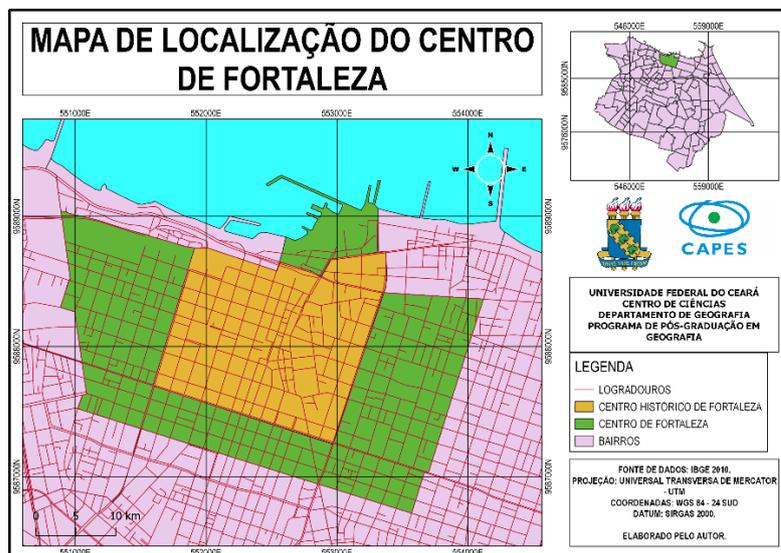
Desta forma, Oriá (2002, p. 237) explica que a concepção de lugar de memória

Abrange desde o traçado das ruas, a nomenclatura dada aos logradouros públicos, os mapas e planos urbanísticos projetados, os monumentos e signos inseridos no espaço urbano, até mesmo os livros escritos por memorialistas e literatos e a iconografia produzida sobre a cidade no decorrer da história. Neste sentido, podemos também afirmar que toda cidade é histórica, resultado das sucessivas transformações empreendidas pelo homem no espaço urbano.

Neste sentido, o autor explicita que a ideia de cidade histórica é aquela que possui um conjunto arquitetônico suntuoso, sendo que o patrimônio perpassa pelo aspecto (i)material. Mas, detendo-se aos logradouros e traçado das ruas no Centro de Fortaleza (figura 1) é necessário compreender a história da cidade e conhecer como ela se desenvolveu ao longo do tempo. As primeiras denominações provinham dos próprios fortalezenses por necessidade de localização dentro da vila e por não haver uma sistematização de nomenclatura, ou seja, a partir

da memória coletiva algumas denominações se tornaram cada vez mais comuns entre os habitantes.

Figura 1 – Mapa de localização do Centro de Fortaleza.



Fonte: IBGE 2010. Elaborado pelo autor.

É sob este aspecto que a memória coletiva aparece, a partir do compartilhamento de várias memórias individuais. Para Halbwachs (1990), esta memória coletiva não é somente este compartilhamento, mas a construção social delas a partir dos espaços do habitar, do trabalhar e do lazer que a cidade criou e que os agentes transformaram a medida em que as relações sociais também alteraram. Isto ocorre quando um período já não é apreendido da mesma forma pelo grupo, seja por uma ruptura ou um conjunto de fatores. Assim, quando esta lembrança precisa ser enraizada, surgem as memórias históricas e, com elas, todo um simbolismo que pode se manifestar no real de diversas formas: estátuas, nomenclaturas de ruas, monumentos e demais formas que materializam no espaço esta lembrança (HALBWACHS, 1990).

Quando estas pertencem a um pequeno grupo, a cidade torna-se um espaço privado de memórias, uma vez que, de acordo com Le Goff (1990) as classes mais abastadas foram as responsáveis pela criação de instituições de memória, no qual possuem o poder de escolher quais lembranças devem constar e quais devem ser esquecidas. Assim sendo, torna-se complicado resgatar a memória das cidades através de certos documentos, pois eles podem mascarar e ocultar fatos que não lhe foram conferidos como importantes para serem registrados.

A Geografia Histórica é bem enfática neste sentido ao fazer um resgate da *memória urbana* e Fortaleza não está distante deste contexto, de forma que, parte de sua história não foi registrada ou mencionada. Isto se torna evidente, primeiramente quando a Câmara decide oficializar alguns nomes, ainda na primeira metade do século XIX e incorpora os nomes dados pelos próprios fortalezenses como prova de que as memórias individuais foram compartilhadas a ponto de tornarem-se cada vez mais coletivas (CÂMARA, 1970).

A partir daí, segundo Silva (2019), os políticos e a alta sociedade iniciaram uma série de alterações nas denominações e imprimiram as suas lembranças através da criação de monumentos, novos logradouros, construções com materiais vindos da Europa, importação de um modo de vida e transformando a cidade num tabuleiro de xadrez no qual as peças foram substituídas (edificações demolidas para a construção de outras), deslocadas (órgãos que mudaram de lugar), criadas (abertura de novos logradouros como praças, largos, parques) e alteradas (abertura e prolongamento de vias). Desta forma, é apresentado o atual conjunto de nomes dos logradouros que fazem parte do chamado centro histórico de Fortaleza que possui todos estes elementos que são complementados com formas (monumentos, edifícios antigos e demais marcas do passado) que também fazem parte do processo de produção do espaço urbano. Esta denominação refere-se ao limite no qual Fortaleza permaneceu por mais de um século, ou seja, a gênese da cidade antes de sua expansão (figura 1), delimitado pelas avenidas do Imperador (à oeste), Dom Manuel (à leste), Duque de Caxias (ao sul), Presidente Castelo Branco, Alberto Nepomuceno e Pessoa Anta e pela rua Senador Jaguaribe (ao norte).

O culto ao Nacionalismo fez com que muitas pessoas ligadas à história política e econômica do Brasil tornassem patronos de inúmeras vias e logradouros, uma vez que, este processo pode ser acompanhado desde o final do Império e, sobretudo, no início da República. A memória coletiva em algumas ruas da cidade aconteceu de duas formas: espontânea e imposta. Por exemplo, algumas ruas já possuíam a denominação atual, mesmo não sendo oficializada. A antiga rua da Palma já era chamada de Major Facundo, cuja nesta via estava instalada a casa do Vice-Presidente da Província. Após sua morte, a Câmara oficializou a denominação (GIRÃO, 1979). Na chamada *Administração Revolucionária*², nos anos 1930,

² Possui esta denominação, pois refere-se à Revolução de 30 e foi administrada pelo prefeito Tibúrcio Cavalcante.

muitas pessoas ligadas ao Império, República Velha e, depois, Estado Novo, foram elencadas para tornarem-se patronos das vias que percorrem o centro histórico.

Os *modismos* podem surgir a partir de vários fatores, interferindo nas memórias que passam a ser mascaradas a partir da construção de referenciais que fogem do contexto local. Vários momentos da história influenciaram na denominação das vias e, de acordo com o contexto, alguns permaneceram enquanto que outros foram substituídos. Assim, autores como Hall (2011) e Canclini (2006) apontam que as identidades, além de serem uma intermediação entre as memórias dos sujeitos, os lugares e os processos de diversas naturezas (internos ou externos), são também passíveis de modificação dependendo da intensidade em que cada elemento exerce sobre o outro. O ato de nomear revela e imprime no espaço e, sobretudo, no lugar, toda uma carga simbólica que pode alterar o sentido e a memória daquela via e/ou logradouro. A cultura e os costumes também fazem parte deste quadro de processos que influenciam na denominação e trazem consigo elementos alheios do contexto local mesclando-os aos aspectos regionais, seja no modo de falar (*aportuguesando/abrasileirando* certas palavras incluindo-as no vocabulário), seja no emprego de certos termos (*Boulevard, Passeio*) revelando, novamente, a interescalaridade que a Toponímia e os fenômenos geográficos expressam (ANDRADE; NUNES, 2015).

Por embates políticos e até mesmo aceitação da população ou falta de identificação das pessoas para com os topônimos presentes nas vias e logradouros é que houve e ainda há as denominações oficiais que são impostas pelos órgãos responsáveis e as não-oficiais provindas de desejos dos próprios fortalezenses.

OFICIAL E NÃO-OFICIAL

Com a aprovação da lei complementar nº 109/2012, ficou mais restrito o elenco, levantamento e aprovação para nomear os logradouros da cidade, pois, ao longo da história de Fortaleza, houve constantes mudanças providas de desejos políticos refletindo no tempo e no espaço quando a sua morfologia foi alterada.

Mas, as denominações que estão presentes nas placas nos logradouros do Centro, entram em contradição quando trata-se da relação entre sujeito e espaço, pois as denominações oficiais nem sempre condizem com a cidade vivenciada pelos fortalezenses, evocando uma

identidade entre os sujeitos e os lugares. As personalidades que fizeram parte da história e estão na memória estão mais presentes na memória do que a imposição de um nome alheio/externo ao processo identitário que fora construído ali. Augé (1994, p. 51) afirma que “tantos lugares cuja análise faz sentido, porque foram investidos de sentido, e porque cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e confirma sua necessidade”.

Assim, nem sempre aquela denominação expressa o real sentido daquele lugar. Pode-se observar quando as ruas eram denominadas a partir dos elementos que eram significativos para os fortalezenses como árvores, acontecimentos locais, edificações importantes, todos revestidos de um sentimento de pertencimento ao se apropriar destes para seu norteamento. De acordo com Brito (2009, p. 72)

Pode-se definir a política de memória de duas maneiras. De forma restrita, consiste de políticas para a verdade e para a justiça (memória oficial ou pública) [...] e a criação de “comunidades imaginadas” e a construção de uma ordem moral (memória social). As “políticas de memória” sociais e culturais são parte integral do processo de construção de várias identidades coletivas sociais e políticas, que definem o modo como diferentes grupos sociais veem a política e os objetivos que desejam alcançar no futuro.

Esta política de memória é resultado de uma série de processos que resultaram num conjunto de nomenclaturas *vazias* em vias e logradouros, ou seja, não há uma identificação entre os fortalezenses e os patronos encrustados nas placas. De acordo com Silva (2019), um primeiro logradouro que pode ser elencado como exemplo desta dualidade é a Praça General Tibúrcio (figura 3) que possui várias edificações históricas como o Palácio da Luz, a igreja do Rosário, o Museu do Ceará (figura 2), dentre outras. Homenageando um militar que lutou na Guerra do Paraguai, este logradouro passou por grandes transformações e, ao ser mencionado, ele possui duas denominações: a oficial (Praça General Tibúrcio) e a não-oficial (Praça dos leões), uma vez que, nas duas extremidades há as estátuas de um leão e uma leoa (figura 2) trazidos da França e, por sua suntuosidade, foram incorporados à paisagem tornando-se notáveis.

Figura 2 – Estátua de um dos leões (acima à esquerda), Palácio da Luz e Igreja do Rosário (acima à direita) e Museu do Ceará, antiga Faculdade de Direito (abaixo à direita).



Fonte: Silva (2019) e Arquivo Nirez.

A Praça dos Mártires (figura 3), ao lado da Santa Casa de Misericórdia, é o símbolo da segregação social pela forma como está disposta no espaço. Chamada popularmente de Passeio Público, a praça tinha mais dois planos para a classe menos abastada. Interessante observar que somente o primeiro plano da elite sobreviveu ao tempo, de forma que, os dois outros desapareceram, denotando, a seletividade da memória e da forma no espaço.

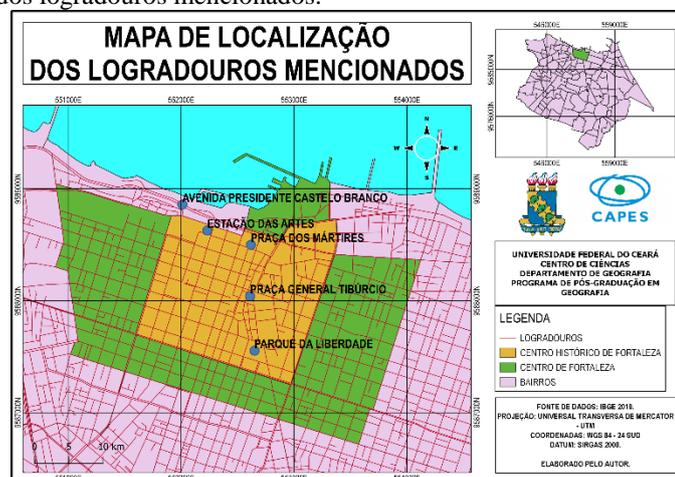
Outro logradouro que também possui esta dualidade é a Avenida Presidente Castelo Branco (figura 3), que foi inaugurada em 1974, durante a Ditadura Civil-Militar, sendo fruto de grandes discussões acerca da personalidade que denomina esta via³. Na sua construção, muitas ruas foram extintas ao serem incorporadas em seu traçado (como a rua Franco Rabelo, entre a atual Avenida Alberto Nepomuceno e a Avenida Dom Manuel), dentre outras; casas no antigo bairro da Prainha (por exemplo, onde hoje se localizam o Centro Cultural Dragão do Mar e a Biblioteca do Estado do Ceará) que foram demolidas. Apesar da sua denominação oficial, ela recebeu o nome popular de Avenida Leste-Oeste (continua com várias denominações: Avenidas Monsenhor Tabosa, Avenida Abolição e Avenida Vicente de Castro) ligando, literalmente, Leste a Oeste da cidade via litoral.

O Parque da Liberdade (figura 3), popularmente conhecido como Cidade da Criança ou Parque das Crianças, recebeu esta denominação que foi oficializada entre 1936 e 1948

³ Primeiro Presidente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1967).

quando, a partir deste ano, fora alterado para a denominação atual. A Praça Castro Carreira (figura 3) que, localiza-se em frente à Estação João Felipe, recebe a denominação de *Praça da Estação*. Atualmente, o logradouro passou por um processo de transformação com a desativação da estação e dos seus galpões para receber vários equipamentos culturais progressivamente, tais como: Estação das Artes, o Mercado Gastronômico, a Pinacoteca do Ceará, o Centro de Design e o Museu Ferroviário, além de alterarem o nome do lugar para Complexo Cultural Estação das Artes Belchior⁴. A figura 3 apresenta a localização dos logradouros mencionados.

Figura 3 – Localização dos logradouros mencionados.



Fonte: IBGE 2010. Elaborado pelo autor.

Esta supermodernidade está atrelada às novas formas de produção do espaço (desde a década de 1930 quando a cidade de Fortaleza ultrapassa os limites do Centro, num processo de descentralização expandindo-se para o sul e o leste) tal como a predominância de alguns agentes modeladores do espaço sobre outros (diminuição do poder do Estado e aumento do poder da iniciativa privada), resultando num conjunto de denominações contidas num discurso nacionalista (sobretudo a partir da República), produzindo significados e símbolos que representassem este discurso. O sentido de nação conduz elementos que constroem identidades, sendo refletida através da própria forma e nos termos que mudam à medida em que um tipo de governo é estabelecido. Assim, temos uma mescla entre um novo conjunto de nomenclatura e

⁴ Governo do Estado entrega Complexo Cultural Estação das Artes Belchior após obras de restauro e modernização. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2022/03/30/governo-do-estado-entrega-complexo-cultural-estacao-das-artes-belchior-apos-obras-de-restauro-e-modernizacao/>. Acesso em: 13.abr.2022.

um discurso nacionalista que traz consigo uma carga simbólica eivada de um sentimento de pertencimento (LIRA, 2001) (HALL, 2006).

O processo de construção de uma identidade é complicado, pois é subjetivo e pertence a cada pessoa, de forma que, elencar um símbolo é bastante relativo. O mesmo acontece ao nomearmos um logradouro sem compreender o contexto e o lugar no qual ele estará inserido. Castells (2002, p. 23) explicita que

...vale-se da matéria-prima fornecida pela História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço.

Então, esta seletividade, muitas vezes, acontece por meio de um pequeno grupo, mas que não representa a maioria. Assim, símbolos que, para eles são extremamente relevantes, para a grande maioria da população pode não ser. Nasce, a partir desta cisão, as denominações que não estão presentes nos documentos oficiais. Quando isto não acontece, aparecem manifestações de aversão e/ou recusa a partir de denominações próprias. Monet (1991) afirma que os símbolos são o resultado da interação entre espaço, poder e identidade, no qual o símbolo é a forma ou a concretização de algo imaterial. Assim, a denominação não-oficial faz parte desta imaterialidade. Muito deste simbolismo pode ser expresso também através da linguagem, por meio de termos característicos de cada lugar que influencia na leitura do espaço.

A PERSONALIDADE É IMPORTANTE OU NÃO? EIS A QUESTÃO.

A partir da década de 1930, como já fora mencionado, o Centro deixa de ser residencial e comercial e torna-se predominantemente comercial, sendo que, desde então não houve grande alteração na denominação de suas ruas como aconteceu durante todo o século XIX. Assim sendo, é apresentada uma lista de nomes que figuram as placas nas vias e demais logradouros. Oriá (2002) explicita que não somente os monumentos, mas também as vias estão vinculadas a eventos que retratam alguns fatos da história do Brasil diretamente ligados a própria história do Ceará e de Fortaleza: Confederação do Equador (1824), Guerra do Paraguai (1864-1870),

Abolição da Escravatura (no Ceará, em 1884 e no Brasil, 1888), a proclamação da República (1889), o centenário da Independência (1922), dentre outros.

Porém, depois da *Administração Revolucionária*, um sentimento de nação e o discurso do nacionalismo resultou no elenco de nomes que fizeram parte da história em seus mais diversos âmbitos (literatura, poesia, artes, música, política, dentre outros) para substituir antigas *figuras condecoradas*. Porém, de acordo com Abreu (2012), estas pessoas só foram lembradas porque a elite ou uma parte dela escolheu como patrono estas personalidades para serem imortalizadas, caso contrário seus nomes nem sequer estariam espalhados em praças, ruas e avenidas do bairro.

Como o processo de apreensão requer um tempo, logo algumas destas denominações foram introduzidas à vida cotidiana dos fortalezenses, mas que poderiam ser substituídas pelas antigas denominações ou pelo serviço especializado (como a rua dos cartórios, dos tecidos, das óticas, dos grãos), como forma de enfatizar a sua centralidade a partir dos serviços, por exemplo (SILVA, 2001). Com base na nomenclatura atual, o quadro 1 apresenta a lista de nomes que elencam algumas vias e demais logradouros do centro histórico. A partir daí houve uma análise das suas origens com a finalidade de compreender a sua relevância se comparado a nomes que, por alguma razão, não constam, seja no próprio centro ou em Fortaleza.

Com eles, também estão listadas as taxonomias a fim de classifica-los dentro dos estudos toponímicos. Estas foram elencadas a partir do quadro taxonômico de Dick (1990b) que elaborou com a finalidade de destrinchar os tipos de topônimos presentes em nomes de lugares. Ao todo, são vinte e sete categorias divididas entre onze taxes de natureza física e dezesseis de natureza antropocultural. A toponímia (ciência que estuda o nome dos lugares) foi importante para compreender e apreender os elementos que fizeram com que houvesse uma construção no tempo e no espaço do conjunto da nomenclatura atual. Desta forma, foi possível separar os logradouros por tipo (rua, avenida, praça, por exemplo), por taxonomia (de acordo com o quadro taxonômico mencionado com notas de rodapé explicitando o significado de cada um deles), comparar antigos e novos nomes e a atividade/significado, no caso, a função de cada personalidade (cargo, hierarquia, por exemplo) que denomina os logradouros ou o significado de datas, acontecimentos históricos, características físicas incorporadas aos nomes, tendo como referência o início do século XIX e comparando com as denominações atuais, baseado em Silva (2019), apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Nomenclatura de alguns logradouros no centro histórico de Fortaleza em (1802 – 2022).

LOGRADOURO	TOPÔNIMO ANTIGO	TOPÔNIMO ATUAL	TAXONOMIA	ATIVIDADE / SIGNIFICADO (TOPÔNIMO ATUAL)
Avenida	Boulevard do Livramento (1875)	Duque de Caxias	Axiotopônimo ⁵	Militar
Rua	Tiradentes (1889)	Pedro I	Axiotopônimo	Nobreza
Rua	São Bernardo (1888-1889)	Pedro Pereira	Antropotopônimo ⁶	Bacharel em Direito
Rua	Cajueiro (1856)	Pedro Borges	Antropotopônimo	Político
Rua do(da)s	Pajeú (1856)	Pocinho	Hidrotopônimo ⁷	Intervenção/obra
Avenida	Nogueira Acióli (1891-1933)	Santos Dumont	Antropotopônimo	Multiprofissional (Aeronauta, Esportista e Inventor)
Rua	24 de janeiro (1912)	Guilherme Rocha	Antropotopônimo	Político
Travessa	Boa Vista (1856)	Pará	Corotopônimo ⁸	Estado brasileiro
Travessa	Assembleia (1879)	Morada Nova	Corotopônimo	Município cearense
Rua	Tesouraria (1802)	São Paulo	Corotopônimo	Estado brasileiro
Travessa	Da Carolina (1856)	Crato	Corotopônimo	Município cearense
Rua	Do Inglês (1856)	Sobral	Corotopônimo	Município cearense
Rua	Travessa das Flores (1859)	Castro e Silva	Antropotopônimo	Político
Rua	Quartel (1856)	Doutor João Moreira	Axiotopônimo	Médico
Rua	Do Gasômetro (1879)	Senador Jaguaribe	Axiotopônimo	Político
Avenida	Rua Franco Rabelo (incorporada ao traçado da avenida)	Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste)	Axiotopônimo	Político
Rua	Singlehurst (1888-1889)	José Avelino	Antropotopônimo	Político, Magistrado e Jornalista
Rua	Alfândega (1888-1889)	Dragão do Mar	Antropotopônimo	Jangadeiro e Abolicionista
Avenida	Rua da Praia (1856)	Pessoa Anta	Antropotopônimo	Comerciante e Pecuarista
Avenida	15 de Novembro (1889)	Imperador	Axiotopônimo	Nobreza - Segundo Imperador do Brasil
Avenida	14 de março (1888-1889)	Tristão Gonçalves	Antropotopônimo	Revolucionário
Rua	Do Patrocínio (1878)	24 de Maio	Historiotopônimo ⁹	Marco Histórico - Batalha do Tuiuti
Rua	Formosa (1856)	Barão do Rio Branco	Axiotopônimo	Político
Rua	-	Edgar Borges	Antropotopônimo	S.R. ¹⁰
Rua	João Brígido (1891-1933)	Assunção	Hagiotopônimo ¹¹	Religioso
Rua	Quartel (1856)	General Bezerril	Axiotopônimo	Militar
Rua	Rosário	Rosário	Hagiotopônimo	Religioso

⁵ Topônimos referentes aos títulos e dignidades.

⁶ Topônimos referentes aos nomes de pessoas e/ou famílias.

⁷ Topônimos referentes aos acidentes hidrográficos.

⁸ Topônimos referentes aos nomes de cidades, regiões, países e continentes.

⁹ Topônimos referentes aos movimentos de cunho histórico e social.

¹⁰ Sem Referência.

¹¹ Topônimos referentes aos santos e santas do hagiológico romano.

Avenida	Ponte (1856)	Alberto Nepomuceno (Poço da Draga à R. Castro e Silva)	Antropotopônimo	Compositor, Pianista, Organista e Regente
Rua	Matriz (1856)	Conde D'Eu (R. Castro e Silva até R. São Paulo)	Axiotopônimo	Nobreza
Avenida	Estrada da Messejana (1856)	Visconde do Rio Branco	Axiotopônimo	Político
Rua	Beco da Apertada Hora (1813)	Governador Sampaio	Axiotopônimo	Político
Rua	Travessa da Sé (1875)	São José	Hagiotopônimo	Religioso
Rua	Ladeira do Sólon (1888-1889)	Boris	Antropotopônimo	Sobrenome de Família
Rua	Outeiro (1856)	25 de Março	Historiotopônimo	Marco Histórico - Abolição no Ceará em 1884
Avenida	Boulevard da Conceição (1875)	Dom Manuel	Axiotopônimo	Religioso
Praça	Alfândega (1856)	Almirante Saldanha	Axiotopônimo	Militar
Praça do(da)s	Largo da Fortaleza (1856)	Mártires (Passeio Público)	Historiotopônimo	Marco Histórico - Confederação do Equador
Praça do(da)s	Caio Prado (1889)	Sé	Hagiotopônimo	Religioso
Praça	Campo D'Amélia (1856)	Castro Carreira	Antropotopônimo	Político e Médico
Praça do(da)s	16 de Novembro (1890)	General Tibúrcio (dos Leões)	Axiotopônimo	Militar
Praça do(da)s	Municipal (1880)	Ferreira	Antropotopônimo	Político e Boticário (Farmacêutico)
Praça do(da)s	Marquês do Herval (1888-1889)	José de Alencar	Antropotopônimo	Político e Escritor
Praça do(da)s	Voluntários da Pátria (1888-1889)	Voluntários	Historiotopônimo	Marco Histórico - Guerra do Paraguai
Praça do(da)s	Largo do Garrote (1856)	Liberdade (Parque das Crianças)	Animotopônimo	Marco Histórico - Abolição da Escravatura
Praça do(da)s	José Júlio (1932)	Coração de Jesus	Hagiotopônimo	Religioso

Fonte: Fortaleza Nobre¹², Fortaleza em Fatos e Fotos¹³, Dicionário de Ruas de Fortaleza¹⁴. Organizado por Silva (2019).

O conjunto de nomes que formam a denominação oficial das vias e demais logradouros do Centro permite compreender a história da cidade. Identificando os responsáveis por elencar os nomes dos patronos há um entendimento acerca da memória institucionalizada pelas placas e, desta forma, montando o quebra-cabeças histórico (ABREU, 2006) de Fortaleza.

Do ponto de vista toponímico, a maioria dos nomes pertence a personalidades inseridas em dois contextos: Império e República Velha. Só nesta periodização, tem-se quase 70% das denominações, ou seja, poucas foram as alterações desde a década de 1930, quando se instala o governo de Getúlio Vargas. Os Antropotopônimos e os Axiotopônimos são a maioria, denotando que, pouco restou das primeiras nomeações que havia. Assim, como afirma Corrêa (2011), neste quadro foram encontradas múltiplas periodizações que, dentro de seu aspecto

¹² Fortaleza Nobre. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/>. Acesso em: 13.abr.2022.

¹³ Fortaleza em Fotos e Fatos. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/>. Acesso em: 13.abr.2022.

¹⁴ Disponível em: <http://www.dicionarioderuasfortaleza.com.br/>. Acesso em: 5.mai.2022.

(econômico, político) construiu uma temporalidade, um ritmo que foi especializado pelos detentores das instituições de memória sob a forma de topônimos.

No quadro 1 ainda aparecem alguns logradouros cuja coluna *Atividades/Significado (topônimo atual)* aparece S.R. (Sem Referência), ou seja, não há dados sobre os patronos tanto pela pouca visibilidade que possuía quanto pela falta de informações precisas sobre as personalidades. Outra questão a ser levantada é que nenhum logradouro do centro histórico possui nome de mulher, embora tenhamos evocações à Nossa Senhora do Rosário, Assunção de Maria, mas somente fora deste perímetro encontramos dois logradouros: Princesa Isabel e Teresa Cristina. Observa-se também a presença de homenagens a municípios cearenses e estados brasileiros.

Alguns autores reclamam e contestam as denominações oficiais. Alencar (1980, p. 51-52) destaca que “tanto Júlio Pinto como José Rola foram em seu tempo homenageados pela Prefeitura Municipal, que deu seus nomes a dois logradouros públicos. Mas, ao que parece, essas ruas já não existem ou trocaram de nome”. Os dois eram donos de cinema e trouxeram inovações como o automóvel, mas apenas Júlio Pinto tem seu nome batizado numa via no bairro Jacarecanga, enquanto que José Rôla não possui.

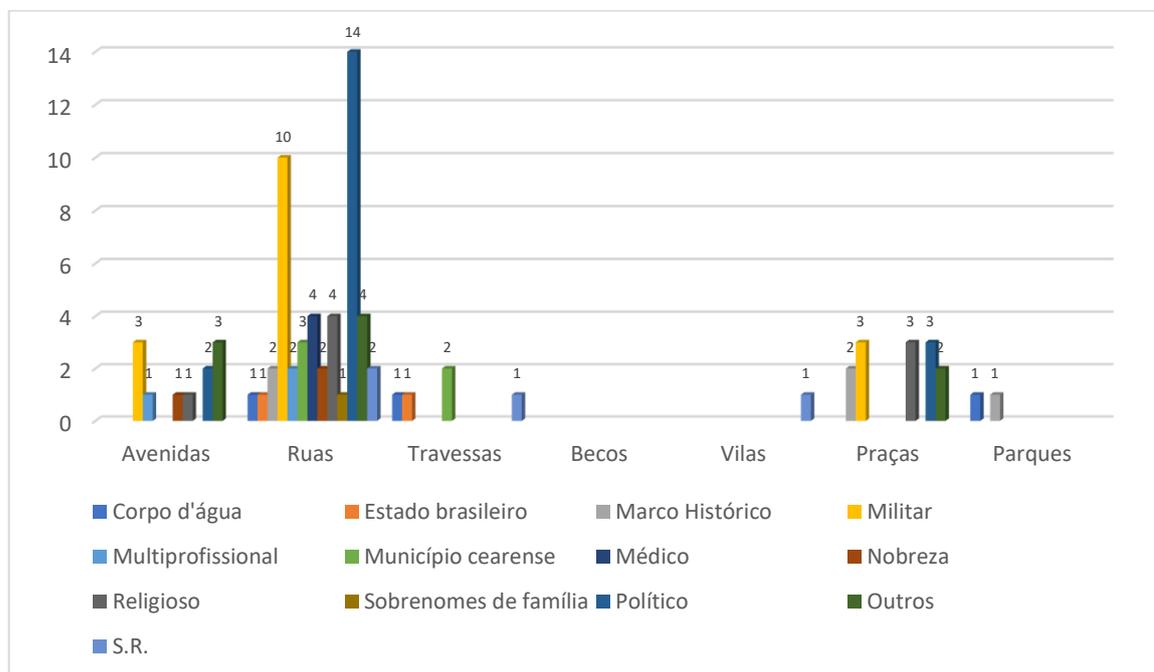
Desta forma, uma memória individual é evocada, mas que poderia ser compartilhada e poderia batizar várias vias: rua do Mané Boi, rua do Gambetá Bruno, rua do Zé Macieira, rua da Mãe Iza, rua Zeferino Siqueira, dentre outros. Com a alcunha de *Ceará Moleque*, nomes como estes poderiam figurar os logradouros de toda a cidade. Da Silva Neto e Acelrad (2009) explicitam que este termo apareceu, pela primeira vez, no final do século XIX, especificamente, na obra *A Normalista* (de Adolfo Caminha), cujo significado remetia ao *canalhismo de província*, mas que ganhou outro significado representando o bom humor e suas personalidades.

Outro personagem que poderia ser patrono de uma via seria *Bem-bém*. Azevedo (1983) relata uma passagem icônica e que refletia Fortaleza na chamada *Belle Époque*. De acordo com Ponte (2014), ele era o proprietário de um quiosque que vendia garapa de cana-de-açúcar chamada Bemém Garaperia. Seu tipo brincalhão divertia os clientes e, logo, se tornou figura conhecida na cidade. Como o assunto em Fortaleza sempre remetia à França, o dono do estabelecimento cultivou o sonho de conhecer a capital, Paris. Economizou dinheiro e sua viagem é uma das passagens mais engraçadas da cidade.

Assim, poderia ter uma praça ou uma rua chamada *Bien-Bien Garapière* ou simplesmente *rua do Bembém*. Mas, de acordo com Silva (2019) a memória seletiva não o apontou como personagem importante o suficiente para tornar-se patrono de uma via ou logradouro. Tantos outros personagens que poderia citar e ser patronos e patroneses de ruas poderiam denominar ruas e afins: Martim Soares Moreno (que já foi avenida, mas teve seu nome substituído por Coronel Carvalho), Pedão da Bananada (famoso por ter um box no antigo Abrigo Central), Chico Manuel (comerciante famoso), Franco Rabelo (assumiu logo após a derrubada do governo Acióli), Bitu (famoso hotel, localizava-se na Praça da Sé), João Nogueira (Cronista), até mesmo Bode Iô¹⁵.

A partir do levantamento feito que resultou no quadro 1, o gráfico 1 demonstra a predominância da *Atividade/Significado* referente as denominações presentes nos logradouros do Centro de Fortaleza.

Gráfico 1 - Distribuição das atividades e significados das denominações nos logradouros do Centro de Fortaleza (2019).



Fonte: Fortaleza Nobre, Fortaleza em Fatos e Fotos, Dicionário de Ruas de Fortaleza. Elaborado pelo autor (2019).

¹⁵ Animal famoso ao ser eleito vereador nos anos 1920 decorrente do descontentamento da população para com a política. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/03/20/bode-ioio-e-vaia-cearense-ganham-nfts-apos-um-seculo-de-historia-no-ceara-saiba-o-que-significa-a-tecnologia.ghtml>. Acesso em: 20.mar.2022.

A partir do Gráfico 1, observa-se a notável predominância de nomes provindos de pessoas ligadas à política e ao serviço militar, enquanto que, aqueles ligados a profissões como médicos, advogados, jornalistas, diplomatas, músicos, escritores não possuem uma expressividade, embora possuam um número significativo. Depreende-se que, políticos e militares governaram, em algum período, Fortaleza ou o Ceará e, por iniciativa de simpatizantes de seu governo, decidiram prestar esta homenagem, surgindo os apadrinhamentos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Fortaleza é e sempre foi a própria cidade permitindo-se fazer uma leitura do espaço urbano a partir dos conceitos geográficos relacionando-os com os estudos acerca da Toponímia. Sua dinâmica é o resultado de processos que aconteceram no passado e transformaram a capital na metrópole da atualidade. Os topônimos presentes na área central mostram que a miscelânea entre eventos internos e externos em diferentes escalas, revela a diversidade na forma de nomear lugares. Para além da catalogação, compreende-se que o conjunto toponímico faz parte da cidade e, sem uma identificação com os lugares o seu sentido torna-se vazio, como se existisse duas cidades: uma conhecida por seus logradouros famosos e outra pela inexistência ou falta de interesse sobre os demais. É nesta perspectiva que é necessário conhecer a história da própria cidade.

A força do nome reflete o poder de uma pessoa, uma família, um grupo e revela o modo como a cidade é gerida, sendo ela o reflexo do bairro, do quarteirão, da rua. Todos os marcos históricos elencados pertencem ao Império entendendo que os fatos que aconteceram na República Velha não foram tão importantes ao ponto de batizarem uma via. Assim, os interesses políticos se manifestam na sua forma mais radical quando decide apagar certos períodos da história por não concordar com o governo vigente ou por apatia. A melhor forma de organizar a cidade no sentido toponímico é fazer um levantamento dessas denominações, oficiais e não-oficiais, havendo uma consulta prévia com a comunidade e, também, uma profunda pesquisa a fim de levantar nomes de pessoas das mais diversas áreas ao longo de quase três séculos que contribuíram para o desenvolvimento do Ceará e de Fortaleza.

Não há como mudar o passado e os fatos que aconteceram, porém há uma linha tênue entre homenagem e aproveitamento, ou seja, enfatizar um momento de fragilidade em prol de benefício próprio, movendo as *peças* da cidade e alterando as suas posições, no caso, os nomes

que são substituídos e nomeiam mais do que lugares, trazem características particulares. É desta forma que os agentes atuam sobre a cidade, num constante jogo de interesses e poderes que (re)produzem uma Fortaleza segregada. As ruas são democráticas e aderem as tendências de diversas origens, pois é nela onde a cidade pode ser vista na sua mais pura forma de ser.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida Abreu. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. X, n. 218, 2006.
- ABREU, Maurício de Almeida Abreu. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (organizadores). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 19-40.
- ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; NUNES, Verônica Ramalho. Cultura e identidade no estudo dos nomes dos lugares. **Revista GTLex**. Uberlândia (MG), Vol. 1, n. 1, 2015.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994. - (Coleção Travessia do Século).
- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça: Reminiscências**. Fortaleza: Edições UFC, 1983.
- BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça. – N. 1 (jan./jun. 2009). -- Brasília: Ministério da Justiça, 2009.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Fatos e documentos do Ceará Provincial**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro. Ed. Uerj, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e tempo: um tributo a Maurício de Abreu. **Revista Cidades**, São Paulo, v.8, n. 14, 2011, p. 597-607.
- DA SILVA NETO, Francisco Secundo; ACSELRAD, Marcio. A identidade cultural em tempos liquefeitos: o ‘Ceará moleque e a contemporaneidade?’. **Logos**, v. 16, n. 1, p. 72-83. Rio de Janeiro-RJ, 2009.
- DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **Revista História**, Londrina, v. 6, 2000, p. 103-120.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

FORTALEZA tem mais de 8 mil ruas sem denominação oficial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 2019. Caderno Política, p. 19. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/fortaleza-tem-mais-de-8-mil-ruas-sem-denominacao-oficial-1.2074795>. Acesso em: 20.abr.2022.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. Lei complementar, nº 109, de 15 de junho de 2012. Regulamenta a denominação de bairros, praças, vias e demais logradouros públicos no município de Fortaleza, na forma que indica e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Fortaleza, 26 de junho de 2012, Art. 36, Inciso V da Lei Orgânica do município.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIRA, José Tavares Correia de. Freguesias morais e geometria do espaço urbano. O léxico das divisões e a história da cidade do Recife. In: BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 157-212.

MONET, Jérôme. Semiologia de los espacios políticos em la ciudad de México. In: DELGADO, J. (org.) **Câmbios territoriales em México**. México-DF: UAM- Xochimilco, 1991.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide... [et al]. **Uma nova história do Ceará**. 2. ed, rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. 5. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

SILVA, Gleilson Angelo da. **Vou à rua: Estudos sobre os logradouros do Centro de Fortaleza através da Geografia e da Toponímia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

SILVA, José Borzacchiello da. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SOUZA, Célia Ferraz de. O sentido das palavras nas ruas da cidade: Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 137-156.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.